

MP CONTRA PEDRO PASSOS

EDUARDO MILITÃO
DO CORREIOWEB

O Ministério Público do Distrito Federal abriu mais uma ação sobre terras públicas envolvendo o deputado distrital Pedro Passos (PMDB), candidato à reeleição. Enquanto o parlamentar era secretário da Agricultura, o governo local concedeu, em março deste ano, cerca de 20 “autorizações de uso remunerado” para a colônia agrícola Nova Vitória, em São Sebastião. O MPDF argumenta que quaisquer concessões de uso estão proibidas por liminar judicial e que, agora, só mediante licitação as terras podem ser regularizadas. Para os promotores, “se criou um documento nulo para, temporariamente, satisfazer os interesses dos produtores rurais, pessoas rústicas, ingênuas e eleitoras em potencial”. Sem concorrência pública, poderia haver favoritismo.

A escolha dos interessados ficou “sem critério isonômico” ou “conforme a inclinação partidária” de cada agente público, diz a denúncia. A ação de improbidade administrativa foi aberta no

início de agosto, envolve mais oito pessoas e tramita na 2ª Vara de Fazenda Pública. Se o objetivo foi eleitoral, houve resultado. A presidente da Associação de Trabalhadores Rurais de Nova Vitória, Rosilda de Sousa Martins, afirma que apóia Pedro Passos e que alguns dos 25 moradores já formalizaram a adesão à candidatura ao afixarem cartazes de campanha em suas casas.

Na ação, o MPDF afirma que Pedro Passos e os acusados teriam dispensado licitação indevidamente. Por isso, pede punições como a retirada de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio deles, o ressarcimento de possíveis danos ao Erário — as terras são públicas —, a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos dos acusados por até 10 anos. Em outra ação judicial, os promotores pedem que o GDF suspenda a validade das autorizações de uso remunerado.

Rosilda Martins, da colônia Nova Vitória, afirma que a ação judicial é fruto de perseguição de fazendeiros. Pedro Passos reagiu à sugestão de que as autorizações

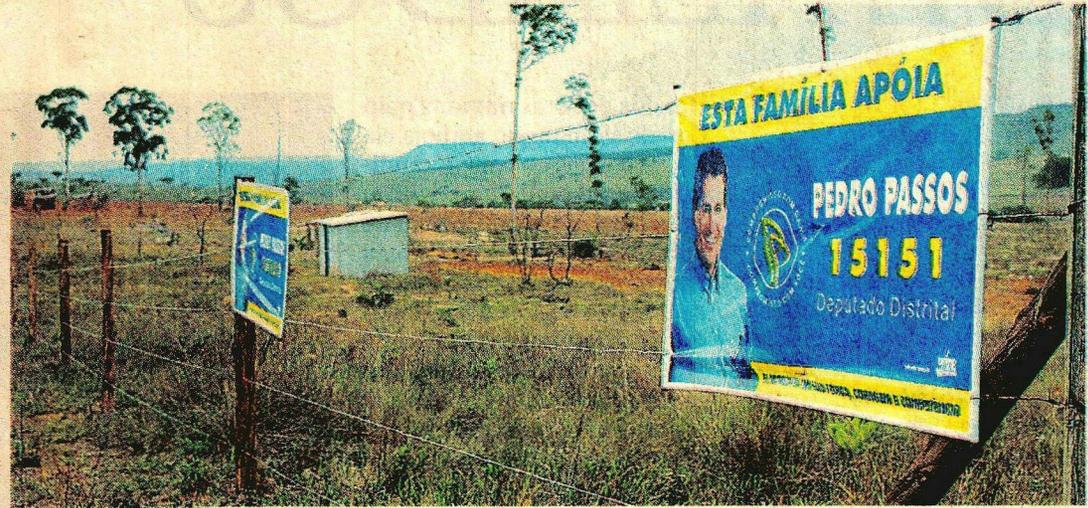
de uso remunerado foram feitas com objetivos eleitoreiros. “É uma hipocrisia. Se alguém tem que ser processado, são as pessoas que colocaram as famílias lá”, afirmou. Ele disse que os produtores viviam de forma indigna e que os documentos só foram dados porque assim poderiam perder recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar e do governo do Japão a partir de convênios. Questionado sobre o apoio recebido nas duas regiões, Passos disse: “Em toda área rural, fiz um bom trabalho modesto à parte”. O distrital afirmou que a legalização das terras rurais é um de seus compromissos de campanha. “Se (o MP) achar ruim agora, vai achar muito mais depois de eu ser eleito.”

Prisões

No domingo passado, três irmãos foram presas em Águas Lindas por pedirem votos para Passos em troca de vale-transporte. O parlamentar disse desconhecer as: “Quero que fiquem presas o resto da vida”. Ontem, ninguém atendeu aos telefones da delegacia de Águas Lindas.

PROPAGANDA

Kleber Lima/CB



Numa área rural ao lado da Nova Vitória, a cooperativa Nova Camapuã também aderiu à candidatura de Pedro Passos. Sem títulos de propriedade, os produtores dizem que seus 36 barracos não foram mais derrubados depois da intervenção do ex-secretário. O agricultor André da Cruz Oliveira, 67 anos, vai retribuir nas urnas o apoio. “Pedro Passos veio aqui disse que ia ajudar e ajudou, porque até agora não tiraram (os barracos)”, afirmou ele, que mora há seis anos no lugar, sempre fugindo dos fiscais.

O presidente da Cooperativa Nova Camapuã, Jackson Trindade, afirma que a situação dos moradores é legalizada por meio de pareceres de órgãos do GDF. O diretor de Fiscalização de Áreas Rurais da Secretaria de Agricultura, Marcos Antunes — um dos processados pelo MPDF no caso da Nova Vitória —, afirma que a gestão de Passos à frente da pasta evitou “ações enérgicas de remoção”. Mas nega que o objetivo seja eleitoreiro. “Enquanto houver terra produtiva, a secretaria não vai se opor nunca.”